

# Ações jurídicas: a nova fase da mobilização pela CBHPM



Após ampla discussão com todos os segmentos da categoria médica, a Comissão Nacional para Implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) decidiu priorizar as ações jurídicas contra as seguradoras de saúde, inaugurando assim uma nova fase no movimento. A estratégia de priorizar ações jurídicas contra as seguradoras e planos de saúde surgiu a partir de propostas sugeridas pelas Comissões Estaduais de Honorários Médicos e pela necessidade de manter o movimento atuante neste período de recesso.

A Comissão Jurídica da CBHPM – formada por representantes dos departamentos jurídicos da AMB, CFM, Fenam e também de Federadas e Sociedades de Especialidade – realizou quatro reuniões em São Paulo, com o objetivo de definir a linha comum para as ações a serem desencadeadas pelas entidades médicas. As ações serão baseadas em três teses.

O primeiro tipo de ação é o processo de blindagem jurídica, que objetiva impedir o descredenciamento unilateral por parte das operadoras de médicos e clínicas envolvidos no movimento. A outra é a exigência de cláusula sobre reajustes nos contratos de prestação de serviços entre médicos e operadoras, com a determinação da periodicidade e do índice a serem praticados. A última sugestão consiste em ações judiciais contra as seguradoras de saúde com base na tese do reequilíbrio econômico-financeiro, nas quais entidades ou grupos de médicos exigirão a reposição das perdas sofridas nos últimos anos, quando não receberam reajustes.

A Comissão Jurídica já finalizou duas peças completas, as quais foram encaminhadas para as Comissões Estaduais de Honorários para o desencadeamento das ações. “O departamento jurídico de cada Comissão Estadual de Honorários deverá adaptar esse modelo às peculiaridades de cada região”, acrescenta Cândido Sá, advogado da Associação Bahiana de Medicina e integrante da Comissão Jurídica.

Para o coordenador da Comissão Nacional para Implantação da CBHPM, Lincoln Freire, independentemente dos resultados desta nova fase do movimento, com o desenvolvimento das ações jurídicas, a mobilização deflagrada pela classe médica já é triunfante.

“Fomos capazes de construir uma Classificação Hierarquizada, com ampla participação das Sociedades de Especialidade e assessoria da Fipe, rompendo com o paradigma anterior, conseguindo assim tornar a implantação da CBHPM uma discussão nacional”, destaca Freire. “Mobilizar os médicos sob uma concreta unidade nacional foi outra grande vitória”, finaliza Freire.

## PL 3466/04

Nas tarde do dia 14 de dezembro, o substitutivo do PL 3466 foi aprovado por unanimidade pela mesa da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, e agora segue para apreciação na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. A tramitação do PL continua em regime de urgência e, por isso, deverá integrar as primeiras pautas de votação da Câmara dos Deputados após o recesso do Congresso Nacional. Assim que a data de votação for definida, as entidades nacionais organizarão uma grande

mobilização em Brasília. Algumas alterações inseridas no substitutivo não agradaram as entidades médicas nacionais - AMB, CFM e Fenam – cujos presidentes se reuniram, no dia 20 de janeiro, com o relator do projeto, Rafael Guerra, com o objetivo de apresentar, em comum acordo, sugestões de alterações ao projeto.

Como relator, Guerra acredita que o Projeto de Lei resulta em avanços para a categoria médica. “Entendo que os pontos-chave do Projeto de Lei 3466 são o reconhecimento da CBHPM como o padrão mínimo e ético de remuneração para a classe médica e a criação da Câmara Arbitral para a intermediação das negociações de reajustes e definição quando não houver acordo”, sentencia Guerra.

## Mudanças no sistema Unimed

Antonio Alberto de Felício não preside mais a Confesp - Confederação das Unimed's do Estado de São Paulo, que reúne 73 singulares de seis Federações paulistas. Ele foi substituído por Eudes de Freitas Aquino, eleito para complementar o mandato desta gestão até março/2006. Ainda no ano passado, no mês de novembro, durante a Convenção Nacional Unimed, presidida por Celso Barros, a Confesp e suas Federações deixaram de integrar a Aliança Nacional Unimed, filiando-se à Unimed do Brasil e à Central Nacional Unimed.

### SC: Unimed implantará CBHPM no intercâmbio

A Federação das Unimeds de Santa Catarina irá implantar a CBHPM, exceto Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Tratamento (SADT), com redutor de 20%, a partir de 1º de março, no intercâmbio entre as suas 23 singulares. O valor da consulta no intercâmbio, que já havia sido reajustado para R\$ 33,60 em setembro, passou a R\$ 42,00 desde 1º de fevereiro.

De acordo com o presidente da Federação das Unimeds de Santa Catarina, Dalmo Claro de Oliveira, a decisão já foi comunicada às entidades médicas do Estado e às singulares. “Mesmo diante de diversas dificuldades políticas, econômicas e operacionais, a adoção da CBHPM no intercâmbio é uma prova de que nossa intenção é implantá-la em definitivo o quanto antes”, afirma Oliveira. “Os valores do intercâmbio são os grandes balizadores, pois constituem um padrão mínimo de remuneração”, destaca.

Para o presidente da Federação, em 30 dias será possível avaliar melhor as condições das singulares para a implantação da CBHPM nas regiões onde atuam. “Acredito que mais da metade das 23 Unimeds de Santa Catarina adotarão a CBHPM ainda neste semestre”, prevê o endocrinologista Dalmo Claro de Oliveira. As Unimeds dominam 80% do setor suplementar de saúde no Estado.

Reforçando a decisão da Federação das Unimeds de Santa Catarina, as singulares de Florianópolis e Joinville já definiram a implantação da CBHPM em seus ambientes próprios. A Unimed da capital, que representa 50% do sistema no Estado com cerca de 180 mil usuários, adotou a CBHPM desde 1º de janeiro com redutores escalonados, adaptados ao orçamento da cooperativa. O valor da consulta foi reajustado para R\$ 33,60 em outubro.

“Conforme decisão da assembleia dos cooperados realizada em 15 de setembro, o objetivo é implantarmos a CBHPM integral”, conta o presidente da Unimed Florianópolis, Edevarde José de Araújo. Segundo o presidente da Unimed Joinville, Edwin Schosslund, os cooperados da singular, reunidos em assembleia no dia 10 de fevereiro decidiram por maioria implantar a CBHPM a partir de 1º de março com redutor de 20% para consultas, procedimentos e honorários médicos de SADT.

## A CBHPM EM NÚMEROS

### Fenaseg

**19** Estados com suspensão de atendimento  
Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal, além da região de Caxias do Sul, RS

### Unidas

**20** Estados, sete regionais paulistas e uma gaúcha já fecharam acordos com a Unidas  
Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins; Guarulhos, Mogi das Cruzes, Suzano, Osasco, Piracicaba, Araras e Baixada Santista, em São Paulo; e Caxias do Sul, no RS

### Unimed

**31** singulares Unimed contabilizam acordos  
Rio Branco-AC, Maceió-AL, Fortaleza-CE, Vitória-ES, Norte-ES, Sul-ES, São Luís-MA, Imperatriz-MA, Belo Horizonte-MG, Divinópolis-MG, Viçosa-MG, Uberlândia-MG, Belém-PA, Federação das Unimeds da Amazônia Oriental-PA, Paranaíba-PR, Londrina-PR, Recife-PE, Piauí, Rondônia, Natal-RN, Caxias do Sul-RS, Florianópolis-SC, Joinville-SC, Boa Vista-RR, Sergipe, Tocantins, Santos-SP, Araras-SP, Araraquara-SP, Guarulhos-SP, ABC-SP

### Abrange

**89** planos de saúde já assinaram contratos tendo como base a CBHPM